

Tribuna

Reinserção do trabalhador



Roberto Braatz
Vereador - PDT
roberto.braatz@terra.com.br

O país gasta pouco para reinserir trabalhadores. O assunto passou despercebido da esmagadora maioria das pessoas e até mesmo dos meios de comunicação. Segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), o Brasil desembolsou, em 2011, em torno de R\$ 185 milhões em políticas de treinamento.

Vamos a algumas disparidades na comparação com a União Europeia. O Brasil gasta 0,62% do PIB para pagar o seguro-desemprego, número semelhante ao dos países da União Europeia (UE) que é da ordem de 0,65%, região do mundo que tradicionalmente tem políticas abrangentes de proteção ao trabalhador. Já no tocante à requalificação do trabalhador, observe bem, nos países europeus o gasto com despesas para requalificar e reinseri-lo no mercado alcança 0,5% do PIB. No Brasil, a despesa é de apenas 0,004%.

Viste o absurdo? Essa é uma das distorções apontadas pelo Tribunal de Contas da União em investigação sobre os programas federais de benefícios aos trabalhadores, comparando-o com programas semelhantes aos da União Europeia.

Ainda segundo o relatório, o Brasil também paga aos desempregados um valor elevado de benefício, fazendo com que nas faixas mais baixas de salário, o desempregado receba mais quando está fora do mercado de trabalho do que quando está trabalhando.

Isso ocorre porque os pagamentos aos desempregados não sofrem descontos (como INSS, por exemplo), o que torna a remuneração de quem ganha até um salário mínimo

maior quando está fora do mercado. Na União Europeia, o exemplo de benefício mais alto corresponde a 86% do que é pago a quem está empregado. Na média, esse valor está em 46% na União Europeia, contra uma média de 71% no Brasil.

O relatório do TCU ainda aponta que as políticas do seguro-desemprego no Brasil estão criando distorções no mercado de trabalho, fazendo com que a rotatividade de mão de obra no País alcance 44% dos trabalhadores, contra uma média de somente 16% na União Europeia.

O TCU aponta ainda que os programas precisam de uma melhor fiscalização. Segundo o relatório, foram identificados pagamentos irregulares no seguro-desemprego que chegam a R\$ 11 milhões por mês.

No relatório, o TCU recomenda ao governo que aperte a fiscalização tanto na concessão de benefícios aos trabalhadores, como sobre as empresas com alta rotatividade de mão de obra.

É fundamental que tanto os dirigentes que representam a classe dos trabalhadores quanto os empregadores sentem, reúnam-se e conjuntamente com o governo se comprometam, também, a promoverem ações para evitar estas distorções que oneram os cofres públicos, atingindo a todos. Segundo o TCU, o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que sustenta os pagamentos do seguro-desemprego, terá nos próximos anos um rombo de R\$ 80 bilhões.